

A Proposta Orçamentária

APRESENTADA em maio de cada ano, por força de dispositivo constitucional, a proposta orçamentária renova o interesse esporádico da imprensa e do público brasileiros pelas questões de planejamento e de administração financeira. A segunda quinzena de maio poderia até ser dedicada aos financistas, já que no seu transcurso eles passam a desfrutar de uma honrosa, embora inesperada consideração. Com efeito, só nessa fase são escutados e, por isto, mal interpretados, dada a precipitação com que o público procura assimilar a idéia — ainda pouco familiar entre nós — de ser o orçamento problema que a todos afeta, podendo subverter o patrimônio de qualquer um. Daí também o espanto, que não se logra disfarçar, ao verificar-se que, resumindo e coordenando os gastos e recursos do Estado, o orçamento projeta sua sombra sobre toda a paisagem social e econômica do país, com uma nitidez que muitos estimariam fosse menos evidente.

Renova-se, pois, com a proposta orçamentária, o interesse do público, mas por um período breve, às vezes apenas de uma semana, quando muito, durante aquela segunda quinzena de maio. Os brasileiros somos em geral patriotas de entusiasmos instantâneos e de espírito público débil; os arroubos cívicos, não tanto porque sejam arroubos, sempre tiveram curta duração entre nós. O interesse pelo monstre enorme, de que falava Victor Hugo, não foge, assim, à tendência uniformizante. O anzol ou o arpão dos críticos — pescadores, que visam o “peixe venerável”, por falta de destreza ou de exercício dos que o empregam, vibra no ar sem alcançar o alvo. Entretanto, circula pelas águas deste mês, indiferente à crítica e por ela ignorado, outro peixe, de carne mais gorda e nutritiva — o Balanço da União...

No entanto, o orçamento federal vem assumindo, sobretudo na última década, uma tal importância na vida pública brasileira que escapa mesmo aos observadores mais argutos, talvez porque

não adotem aquêlo ponto de vista do estrangeiro, que Nabuco reputava ser, pela sua isenção, indício do verdadeiro patriotismo. Uma observação acre, que fere susceptibilidade sonhadora, torna-se, muitas vêzes, a origem de atividade construtiva, que sem ela não tomaria impulso. Talvez uma campanha contundente e injusta operasse o milagre catártico de nos acordar para o problema do orçamento federal.

Precisamos de há muito, tanto nos meios administrativos, como no Congresso e na imprensa, que o orçamento da União seja esquadrinhado, menos para lhe revelar as deficiências, que são muitas e fáceis de apontar, do que para todos se congregarem — governantes e governados — a fim de o transformar naquella ferramenta indispensável ao funcionamento do regime representativo. No momento, cumpre reconhecer, o orçamento não representa, em nosso regime, o papel que lhe compete.

Tudo indica, porém, que o plano administrativo do Governo Federal ainda continuará, por muito tempo, a apresentar as características que lhe conhecemos, em virtude da conjuntura social e econômica, para não dizer política, em que se encontra o povo brasileiro. O orçamento federal reflete, assim, a crise de crescimento e de expansão por que passamos, de reformulação de problemas e de substituição de valores, velhos por novos, em que estamos empenhados. Que muitos problemas nêle estejam mal formulados administrativamente, ou que os novos valores não mereçam, a juízo de muitos, essa denominação — eis o que lucraria em ser mais largamente debatido e atentamente analisado.

Veja-se, por exemplo, um caso elementar: o que acontece, na proposta agora submetida ao Congresso, com as estimativas referentes a Pessoal, sôbre cuja qualidade técnica já se iniciaram murmurações. Não é essa uma questão política, mas administrativas, e não continuasse a situação dos servidores públicos tão caótica, a despeito dos melhores esforços empregados, e certo não haveria margem para enganos, quaisquer que fôssem, grosseiros ou desculpáveis. No entanto, é o que não se quer ver. Culpa-se ao orçamento o que deveria ser imputado a outro setores. O orçamento, neste como em tantos outros casos, é um espelho que não mente, a quem o interroga com lealdade; os mal intencionados, que desejam ouvir dêsse espelho, como a Rainha-feiticeira do conto infantil,

respostas diferentes, êsses arrancarão sempre aos números orçamentários a confirmação do que lhes dita a própria conveniência.

Veja-se, também, e em refôrço parcial da observação anterior, o que ocorre com a parte variável da despesa pública — isto é, a parte construtiva e criadora, aquela que “traduz uma política” — ei-la, aí fica, cada vez mais reduzida pelo incremento que adquire a parte fixa; privada de possibilidades pela doença contagiante das vinculações de renda a fins específicos; forçada ainda assim a acobertar despesas de pessoal, enrijecendo-se ela mesma, porque uma errônea concepção do que seja lubrificação do emperado mecanismo administrativo exige que um número cada vez maior de servidores venha a ser pago através das verbas globais dos grandes serviços, cujos abusos dariam matéria, porém, para considerações críticas, de caráter construtivo ou destrutivo, conforme o ponto de vista em que se collocasse o observador.

Convem, por isto, atentar nas palavras iniciais da Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhando ao Congresso a Proposta Orçamentária para o exercício de 1957. Na compustura discreta de um documento daquela natureza, mostra Sua Excelência que se não forjarmos noções e métodos novos — administrativos e financeiros — o orçamento da União deixará, irremediavelmente, de ser o instrumento de expressão de uma política, que não é outra o significado profundo de qualquer orçamento, na frase lapidar e clássica de CALÓGERAS.